

A ARTE DIGITAL EM REDES COLONIAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O COLONIALISMO DIGITAL E SUAS DINÂMICAS GLOBAIS

Victor Tuon Murari¹

Resumo: O artigo investiga o impacto do colonialismo digital no campo da arte contemporânea, com ênfase em manifestações artísticas digitais. Partindo de uma análise teórica sobre o conceito de colonialismo digital, entendido como uma forma contemporânea de dominação exercida por grandes corporações tecnológicas, o estudo explora as implicações dessa lógica na produção, circulação e recepção de obras de arte em ambientes virtuais. A análise aborda questões como vigilância algorítmica, imposição de padrões tecnológicos ocidentais e a marginalização de expressões artísticas locais, propondo a arte digital como um espaço privilegiado para refletir e combater essas dinâmicas. Exemplos de artistas e obras que desconstróem as estruturas de poder do colonialismo digital são apresentados, oferecendo uma perspectiva crítica e interdisciplinar sobre as relações entre arte, tecnologia e justiça cultural.

Palavras-Chave: Arte Digital; Redes Coloniais; Colonialismo Digital; Tecnologias Digitais; Resistência Artística.

DIGITAL ART IN COLONIAL NETWORKS: CRITICAL REFLECTIONS ON DIGITAL COLONIALISM AND ITS WORLDWIDE DYNAMICS

Abstract: The article investigates the impact of digital colonialism in the field of contemporary art, with an emphasis on digital artistic manifestations. Starting from a theoretical analysis of the concept of digital colonialism, understood as a contemporary form of domination exerted by large technological corporations, the study explores the implications of this logic on the production, circulation, and reception of artworks in virtual environments. The analysis addresses issues such as algorithmic surveillance, the imposition of Western technological standards, and the marginalization of local artistic expressions, proposing digital art as a privileged space to reflect on and combat these dynamics. Examples of artists and works that deconstruct the power structures of digital colonialism are presented, offering a critical and interdisciplinary perspective on the relationships between art, technology, and cultural justice.

Keywords: Digital Art; Colonial Networks; Digital Colonialism; Digital Technologies; Artistic Resistance.

¹ Victor T. Murari é mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, junto ao Museu de Arte Contemporânea. E-mail: victortmurari@gmail.com

Introdução

A arte digital, enquanto manifestação artística contemporânea, constitui um campo expandido de possibilidades criativas, capaz de problematizar as concepções tradicionais da materialidade na produção artística, inaugurando novas dimensões de mediação estética. Desde a realidade simulada, que imerge o espectador em universos virtuais, até as interfaces interativas, que convidam à participação, a arte digital propõe novas relações com a obra de arte e com o próprio conceito de criação. Entretanto, essa transformação não ocorre em um vácuo histórico: As infraestruturas digitais — exemplificadas por empresas como Google, Meta e Amazon — reproduzem assimetrias de poder inerentes ao colonialismo, ao centralizarem a coleta de dados e perpetuarem estruturas culturais dominantes em plataformas globais, como Instagram ou YouTube, impondo padrões estéticos e tecnológicos hegemônicos que moldam a produção cultural, um fenômeno conhecido como colonialismo digital.

Tal lógica se faz evidente na imposição de modelos tecnológicos e culturais hegemônicos², que distorcem ou silenciam expressões artísticas locais, marginalizando narrativas não-ocidentais e reforçando a dependência tecnológica de regiões periféricas. Dessa forma, a arte digital torna-se um terreno fértil para investigar as maneiras pelas quais as estruturas de poder moldam a produção, circulação e valoração da cultura no ambiente virtual, revelando as tensões entre inovação tecnológica e justiça cultural³.

² O conceito de hegemonia cultural, desenvolvido pelo teórico marxista Antonio Gramsci (1891-1937), refere-se ao processo pelo qual uma classe dominante exerce controle sobre a sociedade não apenas pela coerção (via Estado, leis, polícia), mas principalmente pela disseminação de seus valores, ideias e normas culturais como se fossem universais ou naturais. Essa dominação é consolidada por meio de instituições da sociedade civil, como educação, mídia, religião e arte, que moldam o senso comum, levando as classes subalternas a aceitarem passivamente a ordem vigente. Para Gramsci, a hegemonia envolve uma relação dinâmica de *consentimento* em vez de pura imposição, embora seja sustentada por uma combinação de coerção e persuasão. A resistência a essa hegemonia, segundo ele, ocorreria por meio da construção de uma *contra-hegemonia*, na qual grupos subordinados desenvolvem visões de mundo alternativas, articuladas por intelectuais "orgânicos" ligados a suas lutas. O conceito é central para entender como o poder se reproduz culturalmente, influenciando campos como os estudos críticos, a sociologia e a teoria política. Gramsci, A. *Cadernos do Cárcere* (1929-1935). Edição crítica: Civilização Brasileira, 2000.

³ O conceito de justiça cultural é aqui apresentado como uma crítica às desigualdades simbólicas e materiais na produção e distribuição de bens culturais, articulando-se com demandas por reconhecimento, representação e participação equitativa na vida cultural. A filósofa Nancy Fraser, em sua teoria da justiça como paridade participativa, argumenta que a justiça social exige tanto a redistribuição econômica quanto o reconhecimento cultural, combatendo hierarquias que marginalizam grupos por raça, gênero, classe ou etnia. Para Fraser, a justiça cultural implica garantir que todos tenham voz e visibilidade nas esferas públicas, questionando estruturas que naturalizam exclusões ou estereótipos. FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento? Justiça e reconhecimento em debates contemporâneos**. Tradução de Julio Assis Simões. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

No contexto da arte em suporte virtual, uma investigação sobre o colonialismo digital⁴ constitui-se enquanto eixo crítico fundamental para a compreensão das dinâmicas socioculturais atuais. Em um mundo hiperconectado dominado por plataformas e infraestruturas tecnológicas do Norte Global, as desigualdades históricas se perpetuam, reforçando dinâmicas de exclusão. Esse cenário justifica a urgência de analisar criticamente o apagamento de expressões artísticas locais e a imposição de padrões culturais hegemônicos, que comprometem a diversidade poética no campo artístico.

Apesar do conceito de colonialismo digital ser alvo de críticas justificadas, seja por sua associação a metáforas históricas ou por acusações de determinismo tecnológico, ele continua se destacando como uma estrutura de pensamento capaz de oferecer ótimas ferramentas para desvendar as complexas interações entre poder, cultura e tecnologia na contemporaneidade.

Este artigo tem como objetivo explorar a teoria do colonialismo digital, examinando suas bases conceituais e sua aplicação crítica no campo da arte contemporânea, com foco especial em suas manifestações nos meios artísticos digitais. Contudo, esta análise não busca esgotar o tema, nem oferecer uma definição única ou definitiva do conceito. Além disso, não pretendemos traçar abordagens reducionistas ou lineares com o colonialismo histórico, mas sim enfatizar as especificidades do contexto digital e suas implicações para o campo artístico. Ao evitar generalizações excessivas e determinismos tecnológicos, o artigo aspira a contribuir para uma leitura crítica e contextualizada sobre as interações entre tecnologia, poder e arte na era digital.

Além do mais, cabe advertir que entendemos que o colonialismo digital deve ser compreendido como uma extensão e atualização dos mecanismos do colonialismo histórico, uma vez que ele não opera de maneira autônoma ou espontânea, mas encontra suas raízes

⁴ Na literatura especializada, identificam-se duas conceptualizações distintas, porém inter-relacionadas das novas modalidades de colonialismo: o Colonialismo Digital e o Colonialismo de Dados. O primeiro conceito refere-se às estruturas hegemônicas exercidas por conglomerados corporativos transnacionais e nações economicamente dominantes sobre a infraestrutura tecnológica, os sistemas computacionais e as plataformas digitais, perpetuando assim assimetrias globais e relações de dependência econômica-cultural. O Colonialismo de Dados, por sua vez, caracteriza-se pela sistemática apropriação, controle e monetização de dados pessoais e coletivos enquanto recursos econômicos estratégicos, manifestando-se através de práticas como vigilância massiva e discriminação algorítmica. Embora conceitualmente distintos, estes fenômenos apresentam significativa interseccionalidade, uma vez que o Colonialismo de Dados constitui uma dimensão específica do Colonialismo Digital, onde a exploração sistemática de dados representa um dos mecanismos fundamentais pelos quais as infraestruturas e plataformas digitais reproduzem e amplificam estruturas de poder historicamente assimétricas.

nos interesses e dinâmicas já estruturados pelo colonialismo tradicional. Este fenômeno, em vez de ser uma ruptura, perpetua as mesmas hierarquias econômicas, políticas e culturais que sustentaram o domínio colonial ao longo dos séculos. Assim, as práticas digitais que marginalizam expressões culturais locais, impõem padrões tecnológicos ocidentais e concentram o poder em nações tecnologicamente avançadas estão intrinsecamente vinculadas aos objetivos históricos do colonialismo. Por essa razão, a questão racial deve ser posicionada como o ponto central do debate, pois as tecnologias digitais frequentemente reproduzem formas de exclusão e violência racial, mascaradas sob a aparência de neutralidade tecnológica. Este alinhamento reforça a necessidade de analisar criticamente o colonialismo digital como um fenômeno que não apenas atualiza as dinâmicas históricas, mas também aprofunda as desigualdades raciais das relações de poder atuais.

A estrutura deste artigo foi delineada de modo a conduzir o leitor por uma análise progressiva sobre o tema. Inicialmente, apresentaremos uma contextualização teórica do conceito de colonialismo digital, examinando suas origens, definições e implicações mais amplas no âmbito das dinâmicas de poder contemporâneas. Em seguida, exploraremos a relação entre esse conceito e o campo da arte digital, destacando como as práticas artísticas têm sido moldadas, limitadas ou ressignificadas pelas infraestruturas tecnológicas globais. Por fim, dedicaremos um item à apresentação de artistas que, por meio de suas obras, abordam criticamente as questões suscitadas pelo colonialismo digital, contribuindo para um entendimento mais profundo e plural deste fenômeno. Tal estrutura visa oferecer uma compreensão articulada, que possibilite ao leitor transitar do teórico ao prático de forma clara.

Definição de colonialismo digital

O colonialismo digital constitui uma forma contemporânea de dominação, enraizada na utilização das tecnologias digitais como instrumentos de controle político, econômico e social em escala global. Esse fenômeno manifesta-se a partir de uma nova partilha territorial do mundo, protagonizada por grandes conglomerados tecnológicos, cujas sedes encontram-se predominantemente no Norte Global. Tais conglomerados monopolizam o mercado digital,

disseminam seus produtos e serviços e extraem dados de usuários de maneira massiva, sobretudo em países menos industrializados. Detentoras de um poder sem precedentes, essas corporações moldam as infraestruturas digitais globais, impondo padrões e normas que reforçam as assimetrias existentes entre o Norte e o Sul Global. Por meio da coleta massiva de dados — estimada em trilhões de registros diários gerados por plataformas como TikTok e Facebook — essas empresas desenvolvem perfis preditivos que monitoram e moldam os comportamentos, como demonstrado pelo escândalo do Cambridge Analytics⁵. Em outras palavras, as grandes corporações tecnológicas, concentradas em um número reduzido de países, exercem um poder desproporcional sobre a economia global, moldando as relações de produção e consumo. Monopolizando o acesso às tecnologias digitais e aos dados, essas corporações perpetuam as desigualdades existentes e reforçam as hierarquias de poder entre os países.

Segundo um estudo conduzido pela Iniciativa de Proveniência de Dados (Data Provenance Initiative), um grupo composto por mais de 50 pesquisadores oriundos de universidades e da indústria, práticas como coleta indiscriminada de dados da internet beneficiam grandes corporações e exacerbam desigualdades geográficas e linguísticas (LONGPRE, S. et al. 2024, p.2). O estudo também alerta para desafios éticos relacionados a licenças, privacidade e a concentração de poder na mão de poucas empresas. Ademais, embora os conjuntos de dados utilizados em sistemas de inteligência artificial (IA) tenham apresentado um aumento absoluto na diversidade geográfica e linguística nos últimos anos, a representação relativa de países e idiomas continua fortemente concentrada em regiões ocidentais, como América do Norte e Europa. (LONGPRE, S. et al. 2024, p.10). Ainda que crescimento no número de idiomas e países representados seja expressivo, a distribuição desses dados continua desigual, com organizações do Sul Global contribuindo com menos produção de informações em modalidades como texto, áudio e vídeo. Essa concentração acentua uma perspectiva ocidental nos modelos de IA, restringindo sua capacidade de refletir a diversidade cultural e linguística global. Consequentemente, tal cenário perpetua os vieses

⁵ O escândalo da Cambridge Analytica, revelado em 2018, expôs o uso indevido de dados de milhões de usuários do Facebook sem consentimento explícito para influenciar processos eleitorais, incluindo a campanha presidencial dos EUA em 2016 e o referendo do Brexit. A empresa utilizou técnicas de mineração de dados e psicomетria para criar perfis detalhados de eleitores, direcionando mensagens personalizadas com o objetivo de manipular comportamentos políticos. O caso gerou um debate global sobre privacidade, ética no uso de dados e regulamentação de plataformas digitais.

sistêmicos do colonialismo histórico, alijando as comunidades sub-representadas, inclusive, de seu próprio desenvolvimento cultural e tecnológico.

O conceito de colonialismo digital consolida-se a partir dos anos 2000, quando a popularização da internet e a emergência das Big Techs redefiniram as dinâmicas de poder no ambiente virtual. Nesse período, a coleta massiva de dados, a vigilância sistêmica e a exploração comercial da vida digital intensificaram-se de forma inédita, suscitando reflexões sobre as novas formas de dominação e controle que se delineavam no ecossistema digital. A formulação desse conceito encontra ressonância nas críticas ao capitalismo contemporâneo, caracterizado pela financeirização estrutural, pela precarização das relações laborais e pela ampliação dos mecanismos de exploração. Desde sua gênese, o colonialismo digital tem sido objeto de análise em um espectro interdisciplinar, envolvendo contribuições de campos como a comunicação, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a economia e o direito, entre outros.

Embora o conceito de colonialismo digital tenha ganhado tração em debates acadêmicos e culturais, ele enfrenta críticas e limites que desafiam sua aceitação universal. Uma das principais controvérsias reside na comparação entre o colonialismo histórico e o fenômeno digital contemporâneo. Apesar do reconhecimento do valor estratégico dos dados na economia global, alguns pesquisadores questionam se dados podem ser considerados commodities no mesmo sentido que recursos naturais foram durante o colonialismo clássico (DOYLE, 2023, p.18). Essa perspectiva sugere que a analogia pode simplificar excessivamente as complexas dinâmicas de poder e exploração no ambiente digital.

Além disso, críticos destacam que o conceito pode, em algumas formulações, negligenciar as dimensões raciais intrínsecas à exploração (LIPPOLD; FAUSTINO, 2022, p.69). Essa crítica aponta para um viés eurocêntrico que, ao focar em questões econômicas e tecnológicas, ignora fenômenos como o racismo algorítmico e a reprodução de desigualdades raciais mediadas pela tecnologia. Nesse sentido, o debate sobre colonialismo digital poderia obscurecer os impactos diferenciados que a exploração digital tem sobre populações racializadas. De acordo com os pesquisadores Walter Lippold e Deivison Faustino (2022, p.69):

O silêncio da literatura especializada em *digital colonialism*, *i-colonialism* ou *data colonialism*, sobre o racismo no universo digital é ensurdecedor. Se o racismo foi e continua sendo a base para as velhas e novas formas de colonialismo, nos perguntamos, como nos foi possível o advento de toda uma literatura sobre COLONIALISMO (digital) que não discute o racismo? Embora estejamos tratando,

fundamentalmente, de um arsenal teórico muito mais crítico que esse, a revisão bibliográfica que sustenta esse trabalho nos fez perguntar se esse campo de estudos não é, em sua grande maioria, contaminado pelo fardo do nerd branco. Frantz Fanon nos lembra que o racismo não se expressa apenas sobre as ofensas abertamente violentas ou estereotipadas, mas, sobretudo, na suposta universalização dos referenciais particulares europeus. Uma espécie de identitarismo branco permite ao pensamento crítico se supor radical sem, contudo, enfrentar as dimensões raciais da exploração de classe.

Por outro lado, defensores do termo argumentam que o conceito é capaz de abarcar as questões raciais, relacionando-o objetivamente a apropriação do trabalho e dos dados por grandes corporações tecnológicas (COULDRY; MEJIAS, 2018). Para esses autores, as práticas de extração e controle de dados são análogas à exploração colonial de recursos naturais, pois ambos perpetuam relações de poder desiguais entre o Norte e o Sul Global.

A noção de colonialismo digital, embora possa parecer difusa em alguns aspectos, encontra sua formulação mais sólida e sistemática nos escritos de Nick Couldry e Ulises A. Mejias, cuja obra é amplamente reconhecida como seminal para uma reflexão crítica e estruturada sobre o conceito. No artigo, *"Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject"*, os autores traçam um paralelo entre a coleta massiva de dados e a exploração colonial clássica, demonstrando como os dados digitais, tal como os recursos naturais no passado, são apropriados por grandes corporações para sustentar dinâmicas de poder e acumulação de capital. Em sua obra mais abrangente, *"The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism"*, Couldry e Mejias aprofundam essa análise, examinando os impactos sociais e subjetivos da "dataficação" da vida e denunciando o papel do capitalismo na colonização da esfera digital.

No contexto brasileiro, Sérgio Amadeu da Silveira destaca-se como um dos principais teóricos a adaptar o conceito ao Sul Global. Em sua obra *"Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal"*, Silveira investiga como as grandes corporações tecnológicas atuam em países periféricos, explorando dados de cidadãos e influenciando o debate público. Sua análise enfatiza a necessidade de políticas públicas que promovam a soberania digital, buscando reverter a dependência tecnológica e proteger os direitos de usuários em nações como o Brasil.

A reflexão sobre o colonialismo digital ganha ainda mais densidade com as contribuições de Deivison Faustino e Walter Lippold, que, em *"Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana"*, oferecem uma leitura interseccional entre tecnologia, capitalismo

e racismo. Inspirados pelas lutas anticoloniais e pelo pensamento de Frantz Fanon, os autores argumentam que o colonialismo digital se enraíza na expropriação do trabalho, dos dados e da subjetividade, perpetuando as estruturas de dominação colonial em novos formatos.

Como mencionado anteriormente, o conceito de colonialismo digital tem sido objeto de análise em diversas áreas do conhecimento, assumindo interpretações variadas conforme sua complexidade e abrangência. Nas ciências da comunicação, ele surge como uma crítica às dinâmicas de dominação cultural exercidas por plataformas digitais globalizadas. Tais plataformas, ao monopolizarem infraestruturas e serviços digitais, não apenas disseminam valores ocidentais, mas também modulam comportamentos individuais por meio de algoritmos que restringem a autonomia e o pensamento crítico. É justamente das ciências da comunicação a contribuição, por exemplo, da ideia de redes coloniais.

Na sociologia e na antropologia, o colonialismo digital é frequentemente compreendido como uma extensão contemporânea dos processos históricos de acumulação primitiva, como analisado por diversos teóricos desde Marx até Harvey (COULDRY; MEJIAS, 2019, p.340). A apropriação massiva de dados pessoais é comparada à expropriação de terras e recursos naturais realizada pelas potências coloniais no passado. Ao lado dessa apropriação, encontra-se a exploração de mão de obra precarizada em países do Sul Global, onde trabalhadores desempenham funções essenciais, mas invisibilizadas, como a etiquetagem de dados e a moderação de conteúdos digitais.

No campo da ciência política e das relações internacionais, o colonialismo digital suscita debates em torno da soberania digital e do papel das grandes empresas tecnológicas na governança política dos países. A concentração de poder nas mãos de poucos atores corporativos desafia os Estados-nação, ao mesmo tempo em que redesenha as dinâmicas geopolíticas tradicionais. A ausência de uma regulação eficaz para conter o poder desproporcional dessas empresas levanta preocupações sobre a crescente assimetria entre as nações e a influência direta de interesses corporativos sobre políticas públicas e direitos dos cidadãos, questões elaboradas por Flávia Lefèvre Guimarães (2019) em sua pesquisa sobre regulação de plataformas digitais no Brasil.

A economia política também oferece uma contribuição ímpar para a compreensão desse fenômeno ao destacar a financeirização dos dados como uma nova etapa na mercantilização da vida. A transformação de informações pessoais em ativos econômicos

sustenta modelos de negócio que ampliam as desigualdades globais, transferindo riqueza e poder do Sul para o Norte Global. Nesse contexto, os dados assumem o papel de um novo fator de produção, cuja exploração revela as contradições inerentes à economia digital contemporânea, como demonstrado por Morozov (2018, p.45-50) em sua crítica ao capitalismo.

Do ponto de vista ético e filosófico, o colonialismo digital é questionado em relação às suas implicações morais e aos dilemas que apresenta para a sociedade contemporânea. A coleta massiva de dados, a vigilância algorítmica e a manipulação de comportamentos suscitam um posicionamento crítico sobre a natureza do progresso tecnológico e a naturalização das relações de poder. Esse campo busca articular alternativas éticas para o desenvolvimento tecnológico, pautadas pela justiça social, sustentabilidade e respeito aos direitos humanos, como proposto por Eubanks (2018, p.180-185) em sua análise sobre automação da desigualdade.

Finalmente, no âmbito jurídico, o conceito é explorado através da necessidade de proteção de dados e da regulamentação das plataformas digitais, abordagem desenvolvida por Belli (2020, p.12-15) em seu estudo sobre governança digital e direitos fundamentais. A governança da internet e o uso de algoritmos em processos decisórios levantam questões legais complexas, especialmente no que concerne à discriminação, à privacidade e aos direitos fundamentais. A criação de marcos normativos nas esferas nacionais e internacionais capazes de equilibrar a inovação tecnológica com a proteção dos indivíduos é uma tarefa premente, mas ainda insuficientemente enfrentada.

A controvérsia em torno do conceito de colonialismo digital reflete disputas sobre como interpretar e abordar as dinâmicas de poder na era digital, evidenciando que o tema ainda demanda desenvolvimento teórico e múltiplas perspectivas. Enquanto alguns enxergam no termo uma ferramenta analítica útil, outros alertam para o risco de simplificações excessivas ou de interpretações que desviem o foco das relações sociais que efetivamente estruturam o universo digital.

Colonialismo e a arte digital

Conforme abordado na seção precedente, o conceito de colonialismo digital surge de uma perspectiva multidisciplinar propondo diálogo com diversas áreas do conhecimento. Contudo, no âmbito artístico e cultural, especialmente no contexto brasileiro, suas pesquisas ainda se encontram em fase embrionária, com debates pouco consolidados. Diante disso, como veremos a seguir, o campo artístico encontra-se frequentemente convocado ao debate por outras áreas do conhecimento, o que torna imperativo que dediquemos parte de nossos esforços em uma reflexão aprofundada sobre o colonialismo digital e suas implicações em nosso campo de pesquisa.

O livro *Colonialismo Digital: Por uma Crítica Hacker-Fanoniana* (2023), de Deivison Faustino e Walter Lippold, aborda, sob a perspectiva da crítica da economia política da tecnologia, questões que ressaltam a importância de inserir o debate sobre colonialismo digital no campo da arte. Ainda que os autores tenham como foco principal a análise racial das dinâmicas colonialistas que sustentam o domínio tecnológico contemporâneo, o impacto dessas dinâmicas sobre a produção artística é abordado de maneira significativa. Os autores analisam, por exemplo, como as tecnologias digitais intensificam a mercantilização da arte, desafiando a singularidade das obras por meio de lógicas de reprodução e quantificação. Um exemplo disso é a ascensão dos NFTs (p. 104), que transformam a ontologia da arte no ambiente do ciberespaço. Os autores também investigam como o trabalho artístico é explorado por plataformas online, destacando que inteligências artificiais, treinadas por trabalhadores em condições precárias (p. 115), se apropriam de criações artísticas para atender às exigências do mercado e do capital. Nesse contexto, o livro propõe a descolonização tecnológica como uma estratégia de resistência, defendendo a valorização da tecnodiversidade e o fortalecimento de espaços autônomos de produção artística. Faustino e Lippold ampliam o debate sobre a colonialidade digital no campo da arte, articulando alternativas emancipatórias contra a homogeneização e exploração impostas pelo capital global.

Outra publicação relevante sobre o tema é o livro *Políticas da Imagem: Vigilância e Resistência na Dadosfera* (2021), de Giselle Beiguelman, que explora as interseções entre imagem, tecnologia e poder na era digital. A autora argumenta que a vigilância por meio de

tecnologias baseadas em imagens e algoritmos configura uma "biopolítica da dadosfera" (p.77), em que práticas de controle, opressão e exploração digital evocam dinâmicas coloniais. A noção de datacolonialismo (p.72) é central à obra, descrevendo como os algoritmos, frequentemente enviesados, perpetuam desigualdades raciais e sociais, ampliando a exploração de dados pessoais por grandes corporações tecnológicas. Beiguelman destaca a intrusão das tecnologias digitais nos corpos e mentes dos indivíduos, por meio de dispositivos de vigilância, reconhecimento facial e rastreamento de emoções, que exercem controle semelhante ao das práticas coloniais tradicionais. A autora propõe que a resistência a essas formas de opressão passa pela construção de uma consciência crítica sobre a produção e uso das imagens e a adoção de práticas éticas que promovam a justiça social. Combinando reflexões sobre racismo algorítmico, a banalização da memória digital e as transformações do espaço urbano, o livro oferece um panorama amplo sobre as dinâmicas de poder na era digital. Apesar de não tratar objetivamente sobre a arte, Beiguelman dialoga fortemente com a questão por meio da imagem.

Possíveis reflexões sobre o papel da arte no colonialismo digital

A virada do milênio foi marcada por uma convergência significativa entre a arte e a ciência, impulsionada pelos avanços exponenciais na computação e na digitalização. Campos emergentes como a bioarte e a arte telemática passaram a incorporar elementos biológicos e tecnologias da comunicação, possibilitando uma integração inédita entre disciplinas e desafiando as fronteiras tradicionais entre arte e ciência. Paralelamente, o conceito de pós-digital emergiu como uma resposta à crescente ubiquidade da tecnologia, propondo uma reavaliação do papel do progresso científico na criação artística, defendendo sua integração com os aspectos socioculturais da produção artística, em vez de uma ferramenta que tem fim em si mesma.

Atualmente, a arte digital encontra-se consolidada como elemento constitutivo do circuito artístico global, utilizando códigos, dados e tecnologias imersivas para expandir os limites do imaginário humano. Contudo, enquanto a arte celebra sua emancipação tecnológica, questões como o colonialismo digital levantam preocupações sobre como os

mesmos meios que supostamente surgem com o intuito de democratizar os processos de criação podem perpetuar estruturas de dominação e exclusão.

Diante do panorama apresentado, marcado pelo crescente poder das grandes plataformas digitais e pela radicalização de seu discurso político⁶ nos últimos anos, torna-se imprescindível desenvolver uma análise crítica das condições que regem a produção, circulação⁷ e recepção da arte digital na contemporaneidade. Por essa perspectiva, podemos identificar ao menos cinco pontos em que o campo artístico contribui de maneira significativa para essa agenda: em primeiro lugar, ao questionar a suposta universalidade das tecnologias digitais; em segundo lugar, o enfrentamento das práticas de apropriação cultural; em seguida, ao expor os vieses algorítmicos, que reforçam estruturas de dominação racial, de gênero e econômica; na sequência, fomentando formas de colaboração entre nações periféricas, construindo alternativas que escapam à lógica de dependência tecnológica e cultural imposta por centros hegemônicos; e, por fim, ao denunciar as práticas de vigilância algorítmica, pois estas desestabilizam o olhar panóptico das plataformas. Esses cinco eixos tornam evidente a capacidade transformadora da arte na construção de uma crítica robusta ao colonialismo digital e na abertura de horizontes para práticas emancipadoras.

A questão sobre como a aparente universalidade da tecnologia digital, frequentemente glorificada como um espaço de democratização e inclusão, pode operar como um instrumento de colonialismo cultural é, sem dúvida, central no debate contemporâneo. Na interseção entre arte e tecnologia, essa problemática ganha profundidade, pois a arte digital não apenas reflete, mas também questiona as dinâmicas hegemônicas que moldam o mundo digital. A ideia de uma lógica e estética globais, que se sobrepõem às expressões culturais locais, revela a face colonial da infraestrutura tecnológica: códigos e algoritmos, longe de serem neutros, carregam as marcas de sistemas de valores enraizados nas visões de mundo das sociedades que os produzem, como demonstra Ruha Benjamin (2019, p.65-70) em sua crítica às

⁶ Como exemplo, cita-se o apoio e a participação de Elon Musk no governo norte-americano de Donald Trump e pela decisão de Mark Zuckerberg de flexibilizar as políticas de verificação de fatos em suas plataformas, em um contexto marcado por crescentes debates sobre a influência das grandes empresas de tecnologia na política.

⁷ Iniciativas como a *Don't Delete Art* (DDA), criada em 2020 pela *National Coalition Against Censorship* (NCAC) em colaboração com ativistas, colecionadores e organizações de direitos humanos, como a *Artists at Risk Connection* (ARC) e a *Freemuse*, oferecem suporte a artistas censurados em redes sociais. O projeto busca sensibilizar o público sobre os impactos da censura artística nas plataformas digitais, promovendo a liberdade de expressão e exigindo práticas de moderação mais justas e inclusivas. Entre suas ações destacam-se a *DDA Gallery*, dedicada à exposição de obras censuradas, campanhas de advocacy e a disponibilização de recursos para orientar artistas sobre as políticas de censura nas redes.

tecnologias racializadas. Em vista tal conjuntura, a arte digital passa a ser a ser um campo privilegiado para desvelar tais camadas de dominação, denunciando o apagamento de identidades e propondo novas formas de existência que resistem à homogeneização. Ao desestabilizar a pretensa neutralidade dos meios digitais e propor contranarrativas estéticas, a arte não só responde a essa questão, mas também sugere possibilidades de reimaginação das relações entre tecnologia, cultura e poder.

A apropriação cultural na arte digital, entendida como uma forma de violência cognitiva seguindo o conceito elaborado por Santos (2007, p.45-47) em sua análise da epistemologia do sul, reveste-se de uma importância ímpar no cenário contemporâneo e exige do campo artístico uma resposta articulada. O apagamento das narrativas originais e significados das obras oriundas de culturas marginalizadas, aliado à mercantilização dessas expressões dentro de um sistema de valor ocidental, despoja essas culturas de sua autonomia enquanto transforma a criação artística em objeto de consumo, completamente desenraizado de seu contexto. A arte digital, pela facilidade com que reproduz e dissemina símbolos culturais, frequentemente amplifica essa dinâmica, diluindo significados ancestrais em narrativas globais que favorecem os interesses do mercado. Em tal contexto, o campo da arte torna-se um espaço privilegiado para problematizar a crise de valor cultural instaurada pela digitalização. Ao mesmo tempo, a prática artística pode operar como um território de resistência, defrontando as lógicas hegemônicas que instrumentalizam as manifestações culturais locais e propondo caminhos que resgatem a autenticidade, a dignidade e o protagonismo das comunidades cuja cultura foi apropriada. Do mesmo modo, cabe à arte refletir sobre essas tensões e assumir uma posição crítica e criativa na construção de alternativas que revalorizem o pluralismo cultural e a integridade das tradições diante das dinâmicas predatórias do capitalismo tecnológico.

Pesquisas sobre os vieses algorítmicos e as lógicas que estruturam as plataformas digitais também podem ser de interesse do campo da arte ao revelar os mecanismos de perpetuação dos sistemas de dominação racial, de gênero e econômicos. Os algoritmos, concebidos dentro de contextos culturais específicos e frequentemente impregnados por valores hegemônicos, operam como filtros invisíveis que determinam o que é visto. A arte digital, por sua vez, acaba assumindo um papel ambivalente: pois, pode tanto reproduzir essas assimetrias quanto confrontá-las de maneira crítica. Ao abordar a construção de contra-

narrativas, os artistas têm a oportunidade de expor as opacidades desses sistemas e criar obras que subvertam as lógicas discriminatórias dos algoritmos, resgatando vozes e histórias marginalizadas. Além disso, o uso do digital como ferramenta de resistência decolonial desafia a ideia de que as tecnologias são neutras, ao demonstrar que a própria infraestrutura tecnológica pode ser transformada em um espaço de luta e emancipação. Nesse sentido, a arte digital contribui para o campo de disputa simbólica e política, onde os vieses estruturais podem ser não apenas revelados, mas ressignificados, abrindo caminhos para novas formas de expressão e justiça social no contexto das culturas digitais contemporâneas.

A noção de "interrupção digital" apresenta-se como uma estratégia primordial no confronto contra vieses algorítmicos e as lógicas que perpetuam estruturas de dominação. Ao propor a colaboração entre nações periféricas, esse conceito desafia o universalismo tecnológico alinhados aos interesses hegemônicos das grandes potências digitais. A arte digital, nesse contexto, pode desempenhar um papel capital na construção de novas epistemologias tecnológicas, capazes de integrar valores locais, memórias históricas e identidades culturais diversificadas. Além de desconstruir as infraestruturas algorítmicas que reproduzem desigualdades, a "interrupção digital" oferece caminhos para a criação de narrativas autônomas e estéticas pluralistas, permitindo que a arte se transforme em um espaço de resistência e reconfiguração. Ao abraçar práticas artísticas que rejeitam os imperativos homogêneos das plataformas dominantes, é possível reimaginar uma produção cultural digital que transcenda as fronteiras da dominação, fomentando justiça simbólica e material em escala global.

A crescente interseção entre arte, tecnologia e vigilância algorítmica coloca a arte digital em uma posição estratégica para questionar as dinâmicas de poder que sustentam a extração de dados e a erosão da privacidade. Nesse cenário, a noção de "pós-digital", que desloca o foco da técnica para o humano, se mostra parte de um arcabouço conceitual basilar na resistência e no empoderamento. Por meio de práticas artísticas que denunciem os mecanismos de controle, como a *Surveillance Art*, por exemplo, a arte digital tem o potencial de construir espaços de autonomia, visibilidade e dignidade, especialmente para comunidades marginalizadas. Uma alternativa para essa questão está na fusão entre criatividade e crítica social pode transformar o campo digital em um lugar de atuação constante, onde a arte desafia

sistematicamente os mecanismos de subjugação e contribuindo para a reimaginação de relações, baseadas na equidade entre tecnologia e humanidade.

Estéticas de resistência: artistas e o colonialismo digital

No encontro entre arte digital e crítica ao colonialismo tecnológico, destacam-se artistas como Morehshin Allahyari, Tabita Rezaire e Skawennati Tricia Fragnito, cujas narrativas poéticas desconstroem as dinâmicas de poder que permeiam o ciberespaço. Suas produções exploram as continuidades entre práticas coloniais históricas e formas contemporâneas de dominação tecnológica, expondo as desigualdades que atravessam as plataformas digitais e os algoritmos. A partir de abordagens distintas, suas obras recuperam histórias silenciadas, propõem epistemologias alternativas e projetam futuros mais inclusivos. A perpetuação das desigualdades no espaço digital é confrontada por narrativas que apontam para a descolonização da arte e da tecnologia, abrindo caminhos para que culturas marginalizadas recuperem seu protagonismo na criação digital.

Morehshin Allahyari, uma artista iraniana-curda radicada nos Estados Unidos, utiliza tecnologias como modelagem 3D, escultura digital e inteligência artificial para abordar questões de poder, identidade e história, explorando as complexas dinâmicas do colonialismo digital. Em sua obra, o conceito reflete-se por meio da apropriação de dados e artefatos culturais por corporações e instituições do Norte Global, frequentemente sob o pretexto de preservação, mas que muitas vezes resultam na exclusão das comunidades de origem e na monopolização do acesso ao próprio patrimônio cultural local.

Entre suas obras mais impactantes está *“Material Speculation: ISIS”*, na qual Allahyari recria digitalmente artefatos destruídos pelo grupo ISIS, inserindo arquivos digitais como imagens, mapas e textos dentro das reconstruções 3D. Esses arquivos, disponibilizados publicamente, tornam-se uma forma de resistência ao apagamento histórico e à exclusividade imposta por instituições hegemônicas.

Outro exemplo marcante é *“She Who Sees the Unknown”*, onde Allahyari revisita figuras monstruosas femininas e queer da mitologia do Oriente Médio. Utilizando tecnologia digital, ela reconstrói narrativas marginalizadas, denunciando o monopólio cultural do

Ocidente sobre a história. Nesse projeto, a artista também critica o conceito de "cuidado violento", uma prática na qual instituições alegam proteger o patrimônio cultural enquanto lucram com réplicas digitais e mantêm dados em servidores privados, ignorando o impacto histórico de intervenções ocidentais.

A obra de Allahyari, além de criticar as estruturas tecnológicas dominantes, sugere alternativas como o acesso estratificado ao conhecimento, priorizando as comunidades culturalmente conectadas aos artefatos. Dessa forma, suas produções artísticas não apenas expõem as desigualdades do colonialismo digital, mas também oferecem visões de resistência e emancipação cultural.

Já Tabita Rezaire, artista franco-guianesa-dinamarquesa, utiliza os meios digitais para abordar o colonialismo, a espiritualidade e as conexões entre corpo e tecnologia. Residente na Guiana Francesa, onde fundou o projeto AMAKABA — um espaço dedicado à espiritualidade, saúde e política —, Rezaire critica as dinâmicas de dominação perpetuadas pelas infraestruturas digitais, propondo alternativas baseadas na ancestralidade e na cura. Sua obra reflete uma abordagem profunda do que ela define como “colonialismo eletrônico”, denunciando a maneira como a internet reforça hierarquias ocidentais e desigualdades entre o Norte e o Sul Global.

Em *“Deep Down Tidal”* (2017), Rezaire faz incursões sobre a relação simbólica entre os cabos de fibra ótica submersos e antigas rotas coloniais marítimas, revelando como essas infraestruturas, que hoje sustentam os fluxos globais de dados, replicam geografias de exploração e poder. De forma complementar, em *“Afro Cyber Resistance”* (2014), ela ocupa o espaço digital para celebrar a identidade negra e resistir às dinâmicas de supremacia digital branca, criando uma contranarrativa que desafia as estruturas racistas, classistas e patriarcais da internet.

Rezaire expande o conceito de tecnologia ao integrá-lo com práticas ancestrais, como a comunicação espiritual, o uso de plantas medicinais e a ciência iogue. Em *“Sugar Walls Teardom”* (2016), parte da exposição *Exotic Trade*, ela homenageia mulheres negras cujos corpos foram explorados para avanços científicos e médicos, ao mesmo tempo em que sugere a reconexão com uma sabedoria ancestral perdida. Essa obra ressalta como as tecnologias contemporâneas continuam a explorar corpos racializados, enquanto propõe caminhos para a cura histórica e energética.

A ideia de descolonizar a tecnologia é central em sua prática. Em *“Peaceful Warrior”* (2015), Rezaire apresenta ferramentas como a ioga kemética como prática de transformação pessoal e coletiva, necessárias para questionar as estruturas de poder externas.

Por meio de uma obra que mescla crítica e poesia, Tabita Rezaire nos convida a repensar como tecnologias digitais e ancestrais podem coexistir sem reproduzir opressões. Suas criações questionam as ferramentas que moldam o presente, propondo caminhos para um futuro mais equitativo, onde a cura do passado seja parte essencial da construção de novas possibilidades.

Outro exemplo é o da artista multimídia Skawennati, de origem *Kanien'kehá ka* (Mohawk) nascida no Canadá. Skawennati destaca-se por utilizar tecnologias digitais para reimaginar narrativas indígenas, combinando passado, presente e futuro. Seu trabalho explora o conceito de colonialismo digital ao abordar como os espaços online e as novas mídias podem ser territórios de resistência e reconstrução cultural para comunidades historicamente marginalizadas. Co-fundadora do *Aboriginal Territories in Cyberspace* (AbTeC), uma rede de pesquisa dedicada a garantir a presença indígena em ambientes virtuais, Skawennati também liderou projetos pioneiros como o *CyberPowWow*, a primeira galeria de arte online voltada para arte indígena contemporânea.

Em obras como *TimeTraveller™*, uma série de machinima que revisita momentos históricos importantes para os povos indígenas por meio da ficção científica, Skawennati desafia as narrativas coloniais que frequentemente marginalizam essas histórias. Já em *She Falls for Ages*, a artista reimagina a história da criação Haudenosaunee em um cenário de ficção científica, promovendo o que chama de “futurismo indígena”, ao valorizar as tecnologias e perspectivas nativas. Por meio do projeto *Skins: Storytelling in Cyber Space*, ela capacita jovens indígenas a desenvolverem videogames e narrativas digitais, assegurando que essas ferramentas sejam utilizadas para afirmar identidades culturais e resistir à hegemonia tecnológica.

Além disso, Skawennati é co-fundadora de *daphne*, o primeiro centro de artistas indígenas em Montreal, um espaço que segue protocolos e perspectivas indígenas, promovendo segurança e autonomia artística. Suas criações não apenas questionam o apagamento e a apropriação de culturas indígenas no ciberespaço, mas também oferecem

alternativas para a descolonização tecnológica, demonstrando como as novas mídias podem ser usadas para a autodeterminação cultural e a criação de futuros inclusivos e plurais.

Considerações finais

As discussões aqui apresentadas reafirmam a urgência de integrar o debate sobre colonialismo digital à produção artística e cultural, reconhecendo a arte como um campo vital para a crítica e a transformação social. A arte digital, em sua complexidade e versatilidade, oferece um terreno fértil para expor e confrontar as dinâmicas de poder que estruturam o ciberespaço, ao mesmo tempo em que permite a construção de narrativas que resistem às lógicas de exclusão e apagamento impostas pelo colonialismo de dados.

A abordagem interdisciplinar entre arte, tecnologia e política cultural revela que o colonialismo digital não é apenas um reflexo das assimetrias históricas, mas um sistema ativo que perpetua desigualdades raciais, de gênero e econômicas. Nesse contexto, a produção artística emerge como uma força disruptiva capaz de desestabilizar estruturas hegemônicas, propor alternativas estéticas e resgatar a autonomia cultural das comunidades marginalizadas. Obras de artistas que dialogam com esse tema demonstram que a arte digital não apenas denuncia as práticas de exploração tecnológica, mas também imagina futuros nos quais a tecnologia serve à inclusão, à diversidade e à emancipação.

Atender ao chamado para discutir o colonialismo digital no campo artístico não é apenas uma tarefa acadêmica, mas uma responsabilidade ética e política. É necessário fomentar um olhar crítico que desvele as tensões entre universalidade e localidade, hegemonia e subalternidade, monopólio tecnológico e autonomia cultural. Somente por meio de um engajamento ativo com essas questões será possível construir uma prática artística que responda aos desafios do nosso tempo, promovendo uma decolonização do espaço digital e uma renovação das relações entre arte, tecnologia e sociedade.

Referências

- ARORA, P. **The Next Billion Users: Digital Life Beyond the West**. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
- BEIGUELMAN, G. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- BELLI, L. (Ed.). **Governança e regulações da Internet na América Latina: análise sobre infraestrutura, privacidade, cibersegurança e evoluções tecnológicas em homenagem aos dez anos da South School on Internet Governance**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2020.
- BENJAMIN, R. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Cambridge: Polity Press, 2019.
- BUOLAMWINI, J. **Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification**. Proceedings of Machine Learning Research, v. 81, p. 1-15, 2018.
- CHAN, A. **Networking Peripheries: Technological Futures and the Myth of Digital Universalism**. Cambridge: MIT Press, 2019.
- COLEMAN, B. **Hacker, Hoaxer, Whistleblower, Spy: The Many Faces of Anonymous**. London: Verso, 2020.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **Data colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject**. Television & New Media, v. 20, n. 4, p. 336-349, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- CRAMER, F. **What is 'Post-digital'?** APRJA, v. 3, n. 1, p. 10-15, 2014.
- CRAWFORD, K.; JOLER, V. **Anatomy of an AI System: The Amazon Echo as an anatomical map of human labor, data and planetary resources**. AI Now Institute and Share Lab, 2018.
- DIAWARA, M. **Digital Coloniality and 'Next Billion Users': The Political Economy of Google Station in Nigeria**. Available at SSRN, 2018.
- DONEDA, D. **Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei geral de proteção de dados**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.
- DOYLE, Waddick. **Sufism, attention and digital colonization**. Tasavvuf Araştırmaları Enstitüsü Dergisi, v. 2, n. 1, p. 11-25, jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.32739/ustad.2023.3.37>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- EUBANKS, V. **Automating Inequality: How High-Tech Tools Profile, Police, and Punish the Poor**. New York: St. Martin's Press, 2018.
- FERNÁNDEZ CASTRILLO, C. **Digital Countervisuality: Analytical Approaches to Resistance in the Digital Realm**. Artnodes, n. 26, p. 1-12, 2020.
- FLORIDI, L. **Soft Ethics and the Governance of the Digital**. Philosophy & Technology, v. 31, n. 1, p. 1-8, 2018.
- GALLARDO, F. **Digital Decolonization: A Case Study of Artistic Practice in Latin America**. New Media & Society, v. 23, n. 4, p. 30-45, 2021.

GASKINS, N. **Techno-Vernacular Creativity and Innovation: Culturally Relevant Making Inside and Outside of the Classroom**. Cambridge: MIT Press, 2021.

GRAHAM, M. **Digital Hegemonies: The Localness of Search Engine Results**. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 106, n. 3, p. 30-35, 2016.

GRAY, M. L.; SURI, S. **Ghost Work: How to Stop Silicon Valley from Building a New Global Underclass**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2019.

GUIMARÃES, F. L. **Regulação de plataformas digitais no Brasil: limites e possibilidades no contexto normativo nacional**. *Revista de Direito, Estado e Telecomunicações*, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2019.

HEIKKILÄ, M.; ARNETT, S. **This is where the data to build AI comes from**. *MIT Technology Review*, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www.technologyreview.com/2024/12/18/1108796/this-is-where-the-data-to-build-ai-comes-from/>. Acesso em: 3 jan. 2025.

HUI, Y. **Tecnodiversity: A Theory of Digital Media and Cultural Technologies**. Philadelphia: Temple University Press, 2020.

LIPPOLD, W.; FAUSTINO, D. **Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 56-78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>. Acesso em: 3 jan. 2025.

LIPPOLD, W.; FAUSTINO, D. **Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. Prefácio de Sérgio Amadeu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

LONGPRE, S. et al. **Bridging the Data Provenance Gap Across Text, Speech, and Video**. Data Provenance Initiative, 2024.

LYON, D. **The Culture of Surveillance: Watching as a Way of Life**. Cambridge: Polity Press, 2018.

MANOVICH, L. **AI Aesthetics**. Moscow: Strelka Press, 2018.

MARTÍNEZ-ROLÁN, X.; PIÑEIRO-OTERO, T. **Digital Resistance Practices in Latin America: Challenging Techno-colonialism**. *Communication & Society*, v. 32, n. 4, p. 1-15, 2019.

MOROZOV, E. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MURRAY, D. **Mapping Digital Art and Racial Politics**. *Cultural Politics*, v. 16, n. 1, p. 25-30, 2020.

NAKAMURA, L. **Digital Racial Justice: Algorithms, Platforms, and Visual Culture**. New York: NYU Press, 2019.

NOBLE, S. U. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York: NYU Press, 2018.

PHILIP, K. **What is a technological author? The pirate function and intellectual property**. *Postcolonial Studies*, v. 8, n. 2, p. 101-106, 2005.

POHLE, J.; THIEL, T. **Digital sovereignty**. *Internet Policy Review*, v. 9, n. 4, p. 1-19, 2020.

PRITCHARD, H.; SNYDER, E. **Digital Ethics as Techno-Utopia: On the Possibilities of a Just Technology**. Digital Culture & Society, v. 5, n. 1, p. 20-25, 2019.

SANTOS, B. S. **Beyond Abyssal Thinking: From Global Lines to Ecologies of Knowledges**. Review, v. 30, n. 1, p. 45-50, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (Org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. 1ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2021, v. 1.

TAYLOR, L. S. **Digital Decolonization: Indigenous Resurgence and Counter-Computation**. Indigenous Policy Journal, v. 30, n. 3, p. 15-20, 2019.

TUCK, E.; YANG, K. W. **Decolonization is not a metaphor**. Decolonization: Indigeneity, Education & Society, v. 1, n. 1, p. 1-40, 2012.

VENN, C. **Neoliberal Political Economy, Biopolitics and Colonialism: A Transcolonial Genealogy of Inequality**. Theory, Culture & Society, v. 26, n. 6, p. 206-233, 2009.

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. New York: PublicAffairs, 2019.

Recebido em 28/01/2025

Aceito em 04/04/2025